



Candidato do governo

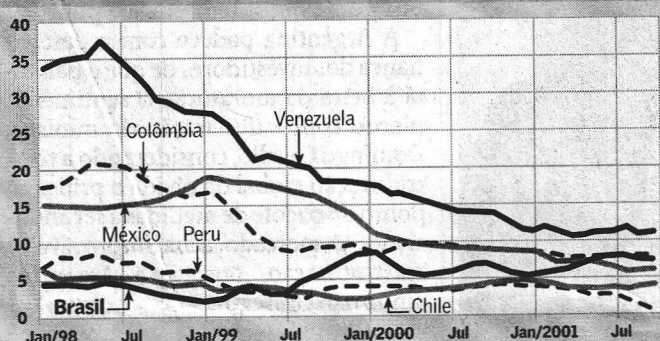
Mesmo os ranfasteiros de mais brilhante plumagem vão encontrando dificuldade crescente para justificar os oito anos de governo FHC e propor a necessidade de uma "continuação, sem continuísmo". A situação é muito diferente da de 1998, quando foi possível apresentar o pífio crescimento econômico (0,2% em 1998) como produto passageiro do brilhante Plano Real, que reduzira a inflação a 1,7% naquele ano, mas escondia a horrível dependência externa que estávamos construindo.

Em 1998 era crível vender esperança: "quem eliminou a inflação vai eliminar o desemprego"! O crescimento no segundo mandato foi precário. Com alguma sorte será ligeiramente acima de 2% ao ano, com um ganho "per capita" da ordem de 0,5% ao ano! E a taxa de desemprego aberto do IBGE (8,3% em 1998) talvez fique um pouco acima de 7% em 2002. Diante desses fatos, é muito pouco provável que os eleitores não usem a única arma à sua disposição para tentar corrigir sua situação: a urna! Não adianta tentar convencer as pessoas que a política econômica do governo é a única possível; que é produto da mais fina "ciência econômica" e que é a melhor para o país nas circunstâncias atuais (que ela mesma construiu!).

É pouco provável, também, que se possa fazer a sociedade acreditar que qualquer mudança ("qualquer", não importa se quer conhecê-la) trará de volta a inflação. A eficiência do discurso é hoje menor, porque as pessoas consideram a inflação um problema bem resolvido e tendem até a ignorá-lo. O feito extraordinário apresenta-se depreciado não apenas pelo desconto natural que o tempo produz, mas também porque a inflação desapareceu em todo o mundo: quase toda a América Latina tem inflação de um dígito, como se vê no gráfico nº 1.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Acumulado 12 meses, em %



Fonte: Bancos Centrais

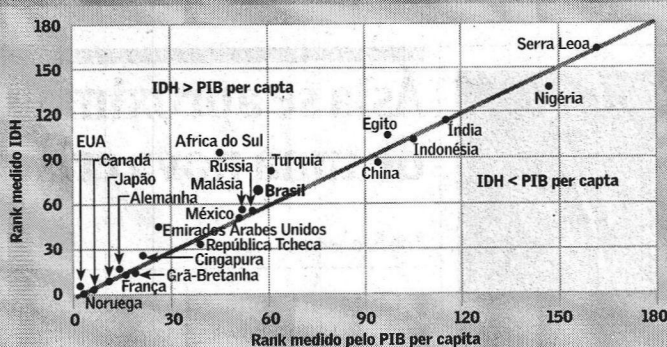
O argumento é perverso e injusto, mas se resume no seguinte: Tudo bem, terminar com a inflação foi um feito importante, mas todos os países fizeram a mesma coisa (e, em alguns casos, com custos sociais menores). O tempo, portanto, era chegando. A gratidão e o reconhecimento é moeda que se desvaloriza mais depressa do que o velho cruzeiro...

É pouco provável, também, que seja possível induzir o eleitor a aceitar "um pouco mais do mesmo" porque houve um "grande avanço na educação, na saúde, no combate à pobreza e na qualidade das instituições". Não basta provar que os indicadores melhoraram. É preciso mostrar que nos últimos anos acelerou-se a melhoria: que o governo FHC foi, de fato, uma mudança substancial na velocidade da mudança dos indicadores sociais, o que é duvidoso.

Um indicador global é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), produzido pelo United Nations Development Program, altamente influenciado pelo nível do PIB "per capita". No gráfico nº 2, compara-se a ordem ("rank") do PIB "per capita" de 22 países (entre os 162 medidos) calculado à taxa de câmbio de paridade do poder de compra, com a ordem ("rank") do índice de desenvolvimento humano. O País com maior PIB "per capita" recebe a ordem nº 1 e o último, a ordem nº 162. Da mesma forma, o país com maior IDH recebe a ordem nº 1 e o pior a ordem nº 162.

Desenvolvimento humano e econômico

Ranks medidos pelo IDH e pelo PIB per capita



Fonte: Progra de Desenvolvimento das Nações Unidas

Vemos a estreita relação entre a hierarquia do PIB "per capita" e a do IDH. A reta separa dois espaços. No de cima, a ordem do IDH é maior do que a do PIB, o que significa, grosseiramente, um esforço menor para o desenvolvimento social. O Brasil, por exemplo, tem a ordem 57 no PIB "per capita", mas a ordem 69 no IDH. Isso indica um esforço menor para o desenvolvimento humano com relação ao resto do mundo. A vida do sucessor de FHC não será fácil...

Antonio Delfim Netto é deputado federal pelo PPB-SP, economista, professor emérito da FEA-USP e ex-ministro da Fazenda. Escreve às terças-feiras
E-mail dep.delfimnetto@camara.gov.br